

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

EAP - 1º SGT QPE/2009

| | | | | |
|-------------|---|---|---|---|
| 1ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 2ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 3ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 4ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 5ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 6ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 7ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 8ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 9ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 10ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 11ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 12ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 13ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 14ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 15ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 16ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 17ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 18ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 19ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 20ª QUESTÃO | A | B | C | D |

| | | | | |
|-------------|---|---|---|---|
| 21ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 22ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 23ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 24ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 25ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 26ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 27ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 28ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 29ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 30ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 31ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 32ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 33ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 34ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 35ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 36ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 37ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 38ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 39ª QUESTÃO | A | B | C | D |
| 40ª QUESTÃO | A | B | C | D |

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2009.

(a) FRANCISCO DE ASSIS LEAL DA SILVA, TEN CEL PM
CHEFE DO CRS



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



**PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 1º
TENENTES DO QOPM, QOE, QOC, 1º SARGENTOS DO QPE E 3º
SARGENTOS DO QPPM E DO QPE, PARA O ANO DE 2009, PROVA II.**

EAP - 1º SGT QPE/2009

(Edital DRH/CRS nº 12/2009, de 10 de junho de 2009)

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

1ª QUESTÃO – Nos termos do art. 12 da Lei n. 14.310/02 (Código de Ética), a transgressão disciplinar será:

- A. () Levíssima, leve, média, grave ou gravíssima.
- B. () Leve, média, grave ou gravíssima.
- C. () Leve, média ou grave.
- D. () Levíssima, leve, média ou grave.

2ª QUESTÃO – De acordo com o art. 23 da Lei n. 14.310/02 (Código de Ética), a sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter:

- A. () Corretivo e repressivo.
- B. () Preventivo e educativo.
- C. () Corretivo e educativo.
- D. () Preventivo e repressivo.

3ª QUESTÃO – A sanção disciplinar de prestação de serviço consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a:

- A. () Oito horas.
- B. () Seis horas.
- C. () Dez horas.
- D. () Doze horas.

4ª QUESTÃO – A absolvição criminal somente elidirá a punição administrativa quando fundamentada em:

- A. () Falta de provas ou inexistência do fato.
- B. () Falta de provas, negativa de autoria ou inexistência do fato.
- C. () Falta de provas ou negativa de autoria.
- D. () Negativa de autoria ou inexistência do fato.

5ª QUESTÃO – O militar designado para fazer parte do Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU) deverá estar, no mínimo, no conceito:

- A. () “A” com cinquenta pontos positivos.
- B. () “B” com vinte e cinco pontos positivos.
- C. () “B” com vinte e cinco pontos negativos.
- D. () “B” sem pontuação negativa.

6ª QUESTÃO – O CEDMU é o órgão colegiado designado pelo Comandante da Unidade, abrangendo até o nível de:

- A. () Companhia Independente.
- B. () Pelotão.
- C. () Pelotão Especial.
- D. () Batalhão.

7ª QUESTÃO – O fator determinante para se saber se a documentação disciplinar deve ou não ser encaminhada ao CEDMU é a existência ou não de:

- A. () Razões Escritas de Defesa (RED).
- B. () Autuação.
- C. () Assentada.
- D. () Oitiva do acusado e do acusador.

8ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 14.310/02 (Código de Ética) e a Instrução n. 01/05 da CPM, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () A comunicação disciplinar será apresentada no prazo de cinco dias contados da observação ou do conhecimento do fato.
- B. () O militar, ao redigir a comunicação disciplinar, não deverá citar incisos e artigos da norma violada, fazendo constar apenas a conduta antiética praticada pelo militar estadual comunicado.
- C. () É conduta regular o superior que presenciar a prática de transgressão disciplinar, recomendar que outro militar confeccione a comunicação disciplinar.
- D. () A comunicação disciplinar será clara, concisa e precisa, podendo o comunicante constar em seu corpo textual comentários ou opiniões pessoais.

9ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 14.310/02 (Código de Ética) e a Instrução n. 01/05 da CPM, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () Durante a audiência do CEDMU, que têm caráter público, é permitido a livre manifestação por parte de militar que não fizer parte do Conselho.
- B. () O integrante do CEDMU será designado para um período de seis meses, não sendo permitida qualquer tipo de recondução.
- C. () A decisão sobre a concessão da menção elogiosa escrita e menção elogiosa verbal é atribuição inerente ao Comandante da Unidade e não será precedida de parecer do CEDMU.
- D. () O CEDMU atuará com a maioria de seus membros.

10ª QUESTÃO – A Sindicância Regular é composta pelas seguintes etapas:

- A. () Informativa e conclusiva.
- B. () Investigatória e conclusiva.
- C. () Informativa e acusatória.
- D. () Investigatória e acusatória.

11ª QUESTÃO – De acordo com a Decisão Administrativa n. 11/2002-CG, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () Apenas o recurso disciplinar interposto em 1ª instância é que possui efeito suspensivo.
- B. () Os recursos disciplinares interpostos em 1ª e 2ª instâncias possuem efeito suspensivo.
- C. () Apenas o recurso disciplinar interposto em 2ª instância é que possui o efeito suspensivo.
- D. () Os recursos disciplinares não possuem efeito suspensivo.

12ª QUESTÃO – De acordo com a Decisão Administrativa n. 16/2002-CG, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () A defesa em Processo Administrativo-Disciplinar (PAD) ou Procedimento Administrativo-Disciplinar Sumário (PADS) poderá ser realizada pelo próprio militar acusado ou por defensor por ele constituído.
- B. () A defesa em PAD ou PADS só poderá ser patrocinada por advogado regularmente constituído.
- C. () A defesa em PAD ou PADS só poderá ser realizada pelo próprio militar.
- D. () Nos demais procedimentos administrativos-disciplinares, como sindicâncias, comunicações disciplinares, faltas subjacentes ao IPM/APF, a defesa poderá ser realizada apenas pelo próprio militar.

13ª QUESTÃO – De acordo com o Decreto 44.557 (Regulamento de Promoção de Praças), de 28 de junho de 2007, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () O acesso, por promoção, na graduação de praças das IME será realizado por ato do Governador de Estado.
- B. () As promoções de praças serão realizadas, semestralmente, nos dias 09 de junho e 25 de dezembro.
- C. () A promoção trintenária poderá ser realizada em qualquer época. A por tempo de serviço, a partir do atendimento das condições exigidas para este fim.
- D. () A juízo do Governador de Estado, por proposta da Comissão de Promoção de Praças (CPP), também serão realizadas, em qualquer época, as promoções por ato de bravura, post-mortem e necessidade do serviço, a partir da ocorrência das condições previstas para esses fins.

14ª QUESTÃO – De acordo com a Decisão Administrativa n. 32/2002-CG, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () O militar que pratica infração administrativa de trânsito não comete qualquer tipo de transgressão disciplinar, haja vista a sua falta de previsibilidade legal na Lei n. 14.310/02.
- B. () O militar que pratica infração administrativa de trânsito também comete a transgressão disciplinar constante no art. 13, XVI, da Lei n. 14.310/02 (“deixar de praticar ato de ofício”).
- C. () O militar que pratica infração administrativa de trânsito também comete a transgressão disciplinar constante no art. 14, II, da Lei n. 14.310/02 (“desídia caracterizada por procedimento contrário às normas legais”).
- D. () O militar que pratica infração administrativa de trânsito também comete a transgressão disciplinar constante no art. 14, III, da Lei n. 14.310/02 (“descumprimento de ordem”).

15ª QUESTÃO – De acordo com a Decisão Administrativa n. 36/2002-CG, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () Em sede de Sindicância Regular é obrigatória a apresentação de defesa prévia.
- B. () Apresentando a defesa prévia com a solicitação de diligências e a apresentação do rol de testemunhas, o sindicante jamais poderá indeferir a pretensão do sindicado.
- C. () Apresentando a defesa prévia com a solicitação de diligências e a apresentação do rol de testemunhas, o sindicante poderá deferir ou indeferir a pretensão do sindicado, não necessitando motivar a sua decisão.
- D. () Tendo o sindicado apresentado, juntamente com a defesa prévia, a solicitação de diligências e a apresentação do rol de testemunhas, o sindicante poderá deferir ou indeferir a pretensão do sindicado, motivando a sua decisão através de despacho que será juntado aos autos da sindicância.

16ª QUESTÃO – A respeito do Treinamento Extensivo (TE), previsto na Resolução nº 4023, de 30 de abril/09 (DEPM), é **CORRETO** afirmar que:

- A. () O Treinamento Técnico (TT) faz parte do Treinamento Extensivo (TE) e é aplicado quinzenalmente a todos os militares, independente de sua atividade.
- B. () O Comandante da Academia de Polícia Militar escalará militares para ministrar o Treinamento Extensivo (TE) nas frações, de modo que haja uma padronização das atividades de ensino.
- C. () O Treinamento Extensivo (TE) consiste no repasse de orientações e recomendações de assuntos operacionais e administrativos, em consonância com a atividade exercida pelo militar.
- D. () O Treinamento Tático (TTa) será aplicado semanalmente, antes do empenho operacional, com duração de, no mínimo, trinta minutos e devem dele participar também os militares da administração.

17ª QUESTÃO – Sobre o Teste de Avaliação Física (TAF), previsto na Resolução nº 4023, de 30 de abril/09 (DEPM), é **INCORRETO** afirmar que:

- A. () O Teste de Avaliação Física (TAF) será aplicado bianualmente, conforme Resolução específica, durante o período de realização do TPB presencial ou a distância.
- B. () Caso não seja realizado o Programa Especial de Recondicionamento Físico (PERF) ou a reavaliação do TAF nos prazos estipulados, nenhum militar poderá sofrer prejuízo em razão da não-realização dessas atividades, desde que não tenha contribuído para tal, razão pela qual deverá prevalecer o resultado do biênio anterior.
- C. () O prazo máximo para aplicação da reavaliação do TAF aos militares considerados reprovados na avaliação, contado a partir da data de encerramento do Programa Especial de Recondicionamento Físico - PERF, será de noventa dias.
- D. () O militar reprovado no Controle Fisiológico (CF) do TAF será também considerado reprovado no TAF e deverá ser matriculado no Programa Especial de Recondicionamento Físico (PERF), conforme orientação médica, sendo reavaliado após a conclusão do programa.

18ª QUESTÃO – A Respeito do Treinamento com Arma de Fogo (TCAF), previsto na Resolução nº 4023, de 30 de abril/09 (DEPM), é **INCORRETO** afirmar que:

- A. () O militar da Administração poderá, em casos excepcionais, ser submetido à Prova Prática com arma de fogo, sem antes ter realizado o treinamento anual com arma de fogo.
- B. () O Treinamento com Arma de Fogo (TCAF) tem como objetivo aperfeiçoar o militar na execução correta e segura do tiro policial de defesa, bem como aprimorar-lhe o domínio técnico de manejo e emprego do armamento no serviço policial.
- C. () Todos os militares deverão realizar o treinamento prático de tiro com arma de porte (revólver ou pistola), independentemente da atividade que exercem.
- D. () O militar que não atingir, no mínimo, o conceito “C” na Prova Prática com Arma de Fogo deverá, no mesmo dia, ser reavaliado no mesmo módulo e utilizar o mesmo tipo de arma para efeito do TPB.

19ª QUESTÃO – Com base no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais – EMEMG, marque “V” nas alternativas consideradas verdadeiras e “F” nas falsas. Após, marque a correspondência **CORRETA**:

- () É permitido no meio civil, aos militares titulados, o exercício do magistério ou de atividades técnico-profissionais, atendidas as restrições previstas em leis próprias.
- () O militar poderá ser preso por autoridade policial-civil.
- () O uso do uniforme, fora do país, só é permitido aos militares que estiverem em missão oficial.
- () Cargo é a atribuição de serviço cometida a um militar.

- A. () F, V, F, V.
- B. () V, V, V, F.
- C. () V, V, V, V.
- D. () F, V, V, F.

20ª QUESTÃO – Com base na Resolução nº 3854, de 26/05/2006, que “disciplina o emprego da informática e a utilização dos equipamentos e da infra-estrutura de tecnologia da informação na PMMG”, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Os sistemas operacionais padrão distribuídos para serem utilizados como sistemas operacionais em microcomputadores da PMMG, são Windows XP e o Alferes Linux, por serem programas com códigos abertos, livres de restrição proprietária quanto a sua cessão, alteração e distribuição.
- B. () O usuário é totalmente responsável por ações indevidas que venham a ser efetuadas utilizando-se de seu usuário e senha de acesso.
- C. () Os usuários dos microcomputadores da PMMG não são obrigados a reconhecer a propriedade intelectual e os direitos autorais de softwares, cabendo esta responsabilidade exclusivamente ao oficial de informática da Unidade.
- D. () A responsabilidade criminal, civil e administrativa sob a utilização de software não licenciado, nos microcomputadores da PMMG, recai exclusivamente sobre o Comandante da Unidade ou equivalente.

21ª QUESTÃO – A Resolução nº 3854, de 26/05/2006, “disciplina o emprego da informática e a utilização dos equipamentos e da infra-estrutura de tecnologia da informação na PMMG”. Com base na referida resolução, marque “V” nas alternativas consideradas verdadeiras e “F” nas falsas. Após, marque a correspondência **CORRETA**:

- () É atribuição da DAL fiscalizar, através das supervisões técnicas, o cumprimento de todas as normas relativas à informática, em vigor na PMMG.
- () É atribuição da PM/6 emitir parecer técnico em propostas de convênios que envolvam informática e tecnologia.
- () Vírus eletrônico é um programa de computador que se auto-dissemina via rede de computadores ou através de mídias, para outros equipamentos de Tecnologia da Informação na intenção de destruir, desproteger ou corromper dados e outros programas.
- () Sistema operacional é o programa que gerencia as funções básicas de um computador, armazena e recupera informações.

- A. () V,V,V,F.
- B. () F,F,F,F.
- C. () V,V,V,V.
- D. () F,F,V,V.

22ª QUESTÃO – O Manual de Prática Policial, volume 1, detalha os tipos de busca pessoal e os procedimentos a serem adotados pelo policial-militar. A respeito da BUSCA EM MULHERES, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () A busca em mulheres só poderá ser feita por policiais femininas, na presença de duas testemunhas, mesmo em situação de emergência que possa ocasionar consequências irremediáveis.
- B. () No caso de uma situação de emergência que possa ocasionar consequências irremediáveis, não havendo a possibilidade de utilização de policial feminino ou outra mulher, em último caso, o policial masculino pode efetuar a busca em mulher, devendo ser em local discreto, com respeito e discrição, acompanhado por duas testemunhas.
- C. () As mulheres estão sujeitas aos mesmos tipos de buscas efetuadas em homens, sendo que, deverão ser realizadas exclusivamente por policiais femininas ou por outra mulher sobre orientação de um policial masculino.
- D. () Em nenhuma hipótese o policial masculino deve proceder busca em mulher, sob pena de estar cometendo constrangimento desnecessário e abuso de autoridade.

23ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA**.

Segundo o Manual de Prática Policial, volume 1, o quarteto que governa o pensamento tático e que deve estar em mente do policial militar é:

- A. () Área de insegurança, controle da situação, visualização do abordado e ponto quente.
- B. () Área de insegurança, área protegida, ponto neutro e ponto quente.
- C. () Área de segurança, perímetro policial, área de perigo e visualização do abordado.
- D. () Área de segurança, área de risco, ponto de foco e ponto quente.

24ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA**.

De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, sempre que o policial militar for chamado a fazer uma intervenção com o USO DA FORÇA, principalmente em seu uso extremo que é o uso letal, deve ter em mente uma PRIORIDADE EM TERMOS DE SEGURANÇA, que são, respectivamente:

- A. () 1º segurança dos policiais, 2º segurança do público, 3º segurança do indivíduo suspeito ou infrator.
- B. () 1º segurança dos policiais, 2º segurança do indivíduo ou infrator, 3º segurança do público.
- C. () 1º segurança do público, 2º segurança dos policiais, 3º segurança do indivíduo suspeito ou infrator.
- D. () 1º segurança do indivíduo suspeito ou infrator, 2º segurança dos policiais, 3º segurança do público.

25ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA**.

São princípios essenciais para o uso da força, de acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1.

- A. () Legalidade, conveniência, legítima defesa própria, legítima defesa de terceiros.
- B. () Legalidade, proporcionalidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal.
- C. () Legalidade, necessidade, proporcionalidade, conveniência.
- D. () Legalidade, necessidade de prisão, segurança da guarnição, segurança do público.

26ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial - volume 01, toda a abordagem deve ser planejada previamente e, em tal planejamento, levar em conta a rendição do suspeito. A este respeito, caso o suspeito se renda, deve-se adotar procedimento padrão para captura/prisão. Marque a alternativa **CORRETA**, que contém um dos passos desse procedimento padrão:

- A. () Proceda a busca pessoal. Assegure-se de que cada policial sabe exatamente o que deve fazer.
- B. () Conduza-o diretamente à sede de sua fração PM, para apresentação à imprensa.
- C. () Tente identificar o local para onde levá-lo dentro da área de segurança, sem necessidade de algemá-lo.
- D. () Sem imobilizar o suspeito, mantenha-o em uma das posições de busca.

27ª QUESTÃO – No processo mental da agressão, marque a única alternativa **CORRETA** quanto à sequência de procedimentos que o policial deve adotar para responder à uma ameaça:

- A. () Conter, isolar e controlar a ameaça.
- B. () Conter, certificar, decidir e agir.
- C. () Identificar, isolar, decidir e agir.
- D. () Identificar, certificar, decidir e agir.

28ª QUESTÃO – Enumere a primeira coluna de acordo com a segunda e posteriormente **MARQUE A SEQUENCIA CORRETA**:

- | | |
|----------------------------|--|
| (1) Uso da Força | () Seleção adequada de opções de força pelo policial militar. |
| (2) Uso da Violência | () Proporcionalidade. |
| (3) Princípio Essencial no | () Maximiza resultados na abordagem. |
| Uso da Força | |
| (4) Uso Progressivo da | () Impulso arbitrário. |
| Força | |
| (5) Verbalização | () Ato legítimo. |

- A. () 1,2,3,4,5.
B. () 4,3,5,2,1.
C. () 2,4,5,3,1.
D. () 3,2,1,5,4.

29ª QUESTÃO – A respeito dos níveis de força da Polícia, indicados pelo Manual de Prática Policial – Volume I, pode-se **AFIRMAR QUE** :

- A. () A *verbalização* pode e deve ser utilizado em conjunto com qualquer outro nível de força, sempre que possível.
B. () A presença policial, embora possa prevenir um futuro crime, não pode ser considerada uma das alternativas dos níveis de força.
C. () Ao se progredir para o nível de força *controles de contato*, pode-se utilizar cães e agentes químicos mais leves.
D. () Ao definir o nível de força que será utilizado, o policial deve ter em mente que quanto maior o nível da força, menor será a necessidade de sua justificativa posterior.

30ª QUESTÃO – Constitui _____ importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade pública.

Marque a alternativa que **CORRETAMENTE** completa o espaço em branco acima.

- A. () Ato de Improbidade Administrativa.
B. () Crime do Colarinho Branco.
C. () Desvio de Verba Pública.
D. () Dispensa de Licitação Ilegal.

31ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 4898 (Abuso de Autoridade), de 09 de dezembro de 1965, é **INCORRETO** afirmar que constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- A. () Ao direito de reunião.
B. () À liberdade de locomoção.
C. () À divulgação da correspondência.
D. () Ao livre exercício do culto religioso.

32ª QUESTÃO – MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA.

As sanções penais previstas na Lei nº 4898, de 09 de dezembro de 1965 (abuso de autoridade) são:

- A. () Advertência, multa, detenção e perda do cargo.
- B. () Multa, detenção, perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública.
- C. () Advertência, multa, suspensão do cargo e demissão.
- D. () Repreensão, multa, destituição da função e a perda do cargo.

33ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética: “Um Cabo da Instituição Militar Estadual que, recusando-se a identificar-se a um Sargento da Polícia Militar, dirige a seu superior termos de baixo calão e, logo após, abordado por um 2º Tenente, profere frases que expressam nítida intenção de desqualificar e menosprezar a autoridade”, comete, em tese, o crime de:

- A. () Peculato.
- B. () Excesso de exação.
- C. () Participação ilícita.
- D. () Desacato a superior.

34ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética: “Um Soldado PM que, ao atender uma ocorrência de trânsito, se apropria de arma que recolhera do interior de um dos veículos envolvidos no acidente”, comete, em tese, o crime de:

- A. () Motim.
- B. () Peculato.
- C. () Omissão de lealdade militar.
- D. () Excesso de exação.

35ª QUESTÃO – O Graduado que, na condição de sargenteante, privilegia soldado com escala de serviço mais amena, recebendo em troca um aparelho de telefonia celular, pratica o crime militar de:

- A. () Corrupção ativa.
- B. () Concussão.
- C. () Corrupção passiva.
- D. () Exercício ilegal de função.

36ª QUESTÃO – O policial militar que, no serviço de policiamento ostensivo, lança, falsa e conscientemente, no Boletim de Ocorrência (BO), nome de condutor de veículo com habilitação, no lugar do inabilitado que, realmente, estava dirigindo, comete o crime militar de:

- A. () Falsidade de documento.
- B. () Prevaricação.
- C. () Exercício funcional irregular.
- D. () Falsidade ideológica.

37ª QUESTÃO – A Lei nº 9455, de 07 de abril/97, “define os crimes de tortura e dá outras providências”.

Com base na referida lei, marque “V” nas alternativas consideradas verdadeiras e “F” nas falsas. Após, marque a **correspondência CORRETA**:

- () Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação religiosa, configura o crime de tortura.
- () O crime de tortura é afiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- () O condenado pelo crime de tortura, exceto os casos em que o crime é cometido por omissão daquele que tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- () O disposto na Lei nº 9455 (Lei de Tortura) aplica-se exclusivamente nos crimes cometidos no Território Nacional.

- A. () V, F, V, F.
- B. () F, V, F, V.
- C. () V, V, V, V.
- D. () F, V, V, F.

38ª QUESTÃO – Com relação aos crimes de tortura previstos na Lei nº 9.455/97, **é correto afirmar que:**

- A. () Constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal, salvo se por medida de caráter preventivo.
- B. () A condenação pelo crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- C. () O crime de tortura é afiançável.
- D. () Se o crime de tortura é cometido por agente público, a pena será aumentada no dobro da prevista.

39ª QUESTÃO – A Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992, “Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”.

Com base na referida lei, marque “V” nas alternativas consideradas verdadeiras e “F” nas falsas. Após, marque a correspondência **CORRETA**:

- () Agente público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades públicas.
- () Os agente públicos de qualquer nível ou hierarquia não são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos.
- () No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- () O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta Lei até o limite do valor da herança.

- A. () F, V, F, V.
- B. () V, V, V, V.
- C. () F, V, V, F.
- D. () V, F, V, V.

40ª QUESTÃO – Considere as alternativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – No caso do crime de Lesão Corporal de natureza levíssima, o juiz pode considerar a infração como disciplinar.

II – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação não configura crime de natureza militar por falta de previsão legal, ou seja, o tipo penal não existe no Código Penal Militar.

III – Não se considera crime de furto, conforme o art. 240 do CPM, se a coisa é subtraída para o fim de uso momentâneo e, a seguir, vem a ser imediatamente restituída ou reposta no lugar onde se achava (Furto de Uso).

IV – O Militar Estadual que no desempenho de suas funções, se apropria de dinheiro apreendido pertencente a pessoa detida durante uma ocorrência policial, em tese, pratica o crime de Concussão previsto no art. 305 do CPM.

- A. () Somente a alternativa I está correta.
- B. () Somente a alternativa IV está correta.
- C. () Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- D. () Somente a alternativa III está correta.

----- corte aqui-----

RASCUNHO – GABARITO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |